

Licença paternidade e prorrogação

Licença paternidade e prorrogação é o afastamento remunerado, concedido ao servidor (docentes e TAEs), sem prejuízo da remuneração. Licença paternidade é a licença de 5 (cinco) dias concedida ao servidor em decorrência de nascimento ou adoção de filho. A prorrogação é a extensão da referida licença por mais 15 (quinze) dias ao servidor público que requeira o benefício no prazo de dois dias úteis após o nascimento ou a adoção.

Informações gerais

- A licença paternidade tem duração de 5 (cinco) dias, com início a partir do dia do nascimento do filho ou da data da adoção.
- Será concedida a prorrogação da licença-paternidade ao servidor público que requeira o benefício no prazo máximo de dois dias úteis após o nascimento ou a adoção.
- A prorrogação iniciará no dia subsequente ao término da licença paternidade e terá duração de 15 (quinze) dias.
- A prorrogação também é aplicável a quem adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança;
- Para fins de licença paternidade para pai adotante, considera-se criança a pessoa de até doze anos de idade incompletos;
- A licença-paternidade é considerada como de efetivo exercício para todos os fins e efeitos.
- Nos casos de adoção por casal homoafetivo, em que ambos sejam servidores públicos federais, a licença ao adotante será concedida somente a um dos adotantes, sendo ao outro concedida a licença paternidade nos termos do art. 208 da Lei nº 8.112/90, por analogia obrigatória aos casais heterossexuais.
- Entende-se pela impossibilidade de se conceder ao servidor pai de filho natimorto a Licença Paternidade, em aplicação análoga da previsão do

§3º do art. 207 da Lei nº 8.112/90, uma vez que o referido período tem por finalidade a recuperação da mãe no evento ocorrido.

- O beneficiado pela prorrogação da licença-paternidade não poderá exercer qualquer atividade remunerada durante a prorrogação da licença-paternidade (Art. 3º do Decreto nº 8.737/2016)
- O descumprimento do disposto no item 9 acima implicará o cancelamento da licença e o registro da ausência como falta ao serviço.

Para requerer a licença paternidade e prorrogação, o servidor realizará o seguinte procedimento:

No aplicativo do SouGov.br, clicar no link “Outras opções”, “Solicitar Licença”, realizar a opção de “Licença Paternidade e Prorrogação”, informar data do nascimento do filho e marcar “Solicito prorrogação de mais 15 dias, totalizando 20 dias”. Na sequência, anexar os documentos comprobatórios como Certidão de Nascimento entre outros. Lembrando que os documentos comprobatórios deverão digitalização em formato original e em pdf, devido ao Assentamento Funcional Digital (AFD) do Governo Federal, a fim de anexar no referido pedido.

Para casos de adoção:

- Termo de Guarda e Responsabilidade, concedido no bojo de um processo de adoção; ou
- Termo de Adoção, expedido por autoridade competente; ou
- Certidão de Nascimento do filho na qual conste como pai o nome do servidor requerente.

Fundamentação legal:

- 1. Lei nº 8.112, de 11.12.1990 - Arts. 102, inciso VIII, alínea a), 208;
- 2. Lei nº 8.069/90, Art. 2º
- 3. Nota Técnica nº 2978/2016-MP
- 4. Nota Técnica CGNOR/DENOP/SEGEP/MP nº 133, de 28/08/2014

- 5. Nota Técnica CGNOR/DENOP/SEGEF/MP nº 150, de 06/10/2014
- 6. Decreto nº 8.737, de 03/05/2016
- 7. Nota Técnica nº 2978-MP, de 05/10/2016
- Consulta no Gov.br, em 18/05/2023, às 11 horas